

Aut

Qu

Municípios

928

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº. 31

Aos dez dias do mês de Fevereiro do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro em sessão ordinária do mês de Novembro do ano de mil novecentos e oitenta e três, sob a Presidência do Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais, Antônio Rodrigues Garcês e João Barreto Ferraz Sachetti Malheiro Távora, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários eleitos, e com a presença dos Vogais Antônio Manuel Pinto Soares Machado, Henrique Manuel Marques Domingos, José Luis Rebocho de Albuquerque Cristo, Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, Manuel Maria de Melo Alte da Veiga, Albertino Moreira de Oliveira, Carlos Vicente Ferreira, Antônio Manuel de Carvalho Serra Granjeira, Fernando da Conceição Mendes, Maria Helena Dias Camelo, Antônio Adérito Brás Coelho e Silva, Domingos Simões Maia, Antônio Rocha Dias de Andrade, Ester da Conceição Rocha Martins, Helder Oliveira dos Santos Filipe, Dinis José Capitolino Magueta, Rui José Gomes de Brito, Fernando Queirós de Almeida e Silva, Lúcio de Jesus Lemos, Antônio José Valente, Silvério Conde Teixeira, Maria de Fátima Cardoso de Faria Tavares, Jaime Rodrigues Machado, Antônio Correia Marques da Silva, Manuel Simões Madail, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, Jaime Ferreira Marques Vieira, Manuel Branco Pontes, Manuel Pereira Cabral Monteiro, Antônio Ferreira da Silva.

Pelas 21.00 horas o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais Eduardo Antônio Ramalheira, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, João Pereira Soares, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Carlos Júlio Lourenço Paciência, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias Pinho e Melo, Alberto Mourão Martins, João Gamelas da Silva Matias, Celestino Alberto dos Santos Antunes.

Entretanto, o Presidente deu nota dos pedidos de justi

Autos

Deu *Trin* 2

ficação de falta apresentados pelos Vogais Maria Antónia Pinho e Melo, Lúcio de Jesus Lemos, Celestino Alberto Antunes, Rui de Brito e Ernesto Carlos Barros, que foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Ainda no uso da palavra, o Presidente deu conhecimento à Assembleia do resultado da consulta feita ao Gabinete de Apoio às Autarquias Locais da Direcção-Geral da Acção Regional e Local relativamente à interpretação da Lei no que concerne à substituição dos Presidentes das Juntas de freguesia nas reuniões da Assembleia Municipal e que é do seguinte teor: " ASSUNTO: SUBSTITUIÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: Nos termos do artº. 251º. da Constituição e do artº. 40º. nº. 1 da Lei 79/77, a Assembleia Municipal é constituída pelos Presidentes das Juntas de Freguesia e por membros, em número não inferior ao daqueles, eleitos pelo colégio eleitoral do município. De acordo com o nº. 2 do artº. 34º. da Lei 79/77 o Presidente da Junta de Freguesia é substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo secretário, este pelo tesoureiro, e este por um dos Vogais, quando os houver. Essa substituição, no entanto, há que reportá-la ao exercício das suas funções próprias como Presidente da Junta de Freguesia, que é o que está em causa nesse preceito legal. Por outro lado, o secretário ou o tesoureiro, nas faltas ou impedimentos do presidente, não ficam investidos no cargo de presidente, apenas exercem as funções em nome dele. O que não se concilia com as normas que determinam a composição da Assembleia Municipal, que prescrevem como seus membros os Presidentes das Juntas, não determinando nada sobre a sua substituição. Finalmente, nada pa rece justificar um tratamento especial dos membros natos em relação aos membros eleitos da Assembleia Municipal, e dos outros órgãos do poder local, que, faltando às reuniões, não são substituídos ".

Mais informou que, relativamente à pretensão manifestada por esta Assembleia quanto à falta de sinalização indicativa da cidade de Aveiro nas estradas nacionais mais importantes, o Governador Civil informou que irá ser colocada uma placa com indicação desta cidade no cruzamento da E.N. 1 e o Nó da Mealhada de acesso à auto-estrada.

Deu ainda nota de um ofício do Conselho Municipal dirigido a esta Assembleia Municipal e, porque do mesmo consta o desejo da sua divulgação a todos os membros, a seguir se transcreve o citado ofício: " Para informação de V. Exª. e Exmºs. Deputados junto a carta que nesta data enviei ao Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro. Porque da

actual Assembleia Municipal fazem parte alguns ex-Conselheiros, que pelo bom trabalho que desenvolveram durante o período em que estiveram no Conselho Municipal, decerto irão confirmar a realidade do que é apresentado, não deixando de, em conjunto com os demais, reconhecer a razão do exposto e de futuramente controlarem situações idênticas, agradeço que o documento seja levado ao conhecimento de toda a Assembleia Municipal".

Juntamente com o ofício acabado de transcrever, foi enviada cópia do ofício que a seguir se transcreve e dirigido à Câmara Municipal. " É do conhecimento de V. Ex^ã. e Exm^ã. Vereação que o Conselho Municipal, desde a sua primeira constituição, tem realizado todas as sessões para que tem vindo a ser convocado. Assim, nunca deixou de ter quórum, o que já muitas vezes tem sido referido. Esta situação demonstra o interesse que todos os Conselheiros têm manifestado pelos assuntos colocados em análise e o respeito pelo cargo em que foram investidos. Obviamente que reconhecendo a responsabilidade normal que me cabe, como Presidente, ela é aumentada perante a qualidade de tais Conselheiros. Assim, tenho vindo a manifestar o meu desejo de que os assuntos que são da competência do Conselho Municipal não deixem de ser apresentados na devida altura e com o tempo necessário para o seu estudo. Como é sabido, porque já foi reclamado várias vezes, isso nem sempre tem sucedido, determinando o desagrado dos Conselheiros. Mais uma vez sucedeu que na sessão da Assembleia Municipal de 16.12.83, foi apreciada e votada a Primeira Revisão do Orçamento para o ano de 1983. ...E não só a Câmara, como a própria Assembleia Municipal, que devia fiscalizar estas situações, passaram por cima da legalidade!... Ora, não pretende o Conselho Municipal, dentro das suas competências, deixar de analisar o documento, decerto lavrando no parecer o seu protesto por mais esta falha no cumprimento do que está estabelecido, e pela pouca consideração dada aos Conselheiros. Por isso vem solicitar que ele lhe seja remetido para não deixar de cumprir o seu dever, quanto mais não seja, por respeito pelas pessoas e organismos que indicaram ou elegeram os membros do Conselho Municipal. Será com o maior cuidado e interesse que o Conselho Municipal continuará a dar os seus pareceres e a prestar a sua presença social - a que também se não tem furtado - mas se na realidade se verificar a inutilidade do órgão, melhor será promover a sua extinção ".

De imediato, foi presente na mesa pelo Vogal José Luis Cristo um voto de pesar, que a seguir se transcreve: " É do nosso conhecimento que, em data recente, faleceu, vítima de acidente, um filho do Senhor Manuel Gaspar Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Eixo e, nessa

mitte

Quinberg . 4 .

qualidade, membro desta Assembleia Municipal. A perda de um filho, sejam quais forem as causas, são factos dolorosos que deixam marcas difíceis ou impossíveis de apagar. Assim, propomos que esta Assembleia se associe num voto de sentido pesar".

Posto à votação, o mesmo mereceu aprovação por unanimidade.

Foi, de seguida, presente na mesa, pelo Vogal José Luis Cristo, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dr. Ernesto Barros e que a seguir se transcreve: " É do nosso conhecimento que, em data recente, faleceu o ilustre médico, Dr. Ernesto Barros, pai do membro desta Assembleia, Senhor Carlos Barros. A perda de um pai, sejam quais forem as causas, são factos dolorosos que deixam marcas difíceis ou impossíveis de apagar. Assim, propomos que esta Assembleia se associe num voto de sentido pesar ".

Posto à votação, o mesmo mereceu aprovação por unanimidade.

Imediatamente a seguir, foram submetidas à votação as seguintes actas:

ACTA Nº. 20: - Posta à discussão e votação, e dado que nenhum Vogal usou da palavra, a mesma mereceu aprovação com 31 votos a favor e 3 abstenções.

ACTA Nº. 21: - Posta à discussão e votação, e dado que nenhum Vogal usou da palavra, a mesma mereceu aprovação com 29 votos a favor e 5 abstenções.

ACTA Nº. 22: - Posta à discussão e votação, e dado que nenhum Vogal usou da palavra, foi a mesma aprovada com 31 votos a favor e 3 abstenções.

Entretanto, deu entrada na sala o Vogal António Alves. De imediato, deu-se inicio ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Assim, tomou a palavra o Vogal José Luis Cristo para solicitar esclarecimentos quanto ao ponto da situação inerente ao compromisso assumido pelo Senhor Primeiro Ministro de abrir concurso até Novembro de 1983 e de se iniciarem até Março de 1984 as obras do troço entre Albergaria-a-Velha e Viseu, integrado na via rápida Aveiro-Vilar Formoso, bem como se a Câmara Municipal foi consultada pelo Ministério da Saúde ou dos Assuntos Sociais relativamente à inserção do Hospital de Aveiro na nova orgânica projectada do Serviço Nacional de Saúde.

Chute

Qu

Shelly . 5

Ainda no uso da palavra, aquele Vogal refere que, sendo um defensor do aproveitamento correcto da zona onde se inserem as salinas, não só para a produção de sal como também para a produção de peixe ou para o desenvolvimento da aquocultura e, estando em curso estudos das salinas e da Ria de Aveiro dirigidos pelo Instituto de Zoologia e Estação de Zoologia Marítima Dr. Augusto Nobre, da Faculdade de Ciências do Porto, programada a instalação de uma delegação em Aveiro do Instituto Nacional de Investigação das Pescas, fez votos para que aquela delegação não venha a ser mais uma repartição administrativa mas que possa vir a ser um centro de produção de peixes e que os estudos iniciados pelo Instituto de Zoologia prosigam com eficiência e com vantagens para quem vive e trabalha na Ria de Aveiro e, ainda, que do congresso da Ria, integrado no Plano de Actividades da Câmara para o ano em curso, possam resultar obras e um empenhamento maior de todos quantos são responsáveis pelo desenvolvimento e aproveitamento da Ria de Aveiro.

Mais referiu que o Banco de Fomento Nacional está na disposição de financiar a fundo perdido, a actividade a desenvolver pelos Institutos atrás referidos, para que se desenvolva a investigação da aquocultura em Aveiro.

Concluindo a sua intervenção, reportou-se recente ao julgamento de pessoas acusadas não só do consumo como do tráfico de droga, no Tribunal de Aveiro, nos seguintes termos: " É geralmente reconhecido que a toxicomania é uma doença social, tão importante é a dimensão cultural e social dos factores que envolvem os problemas da droga. As suas ligações com a moral do país, são bem evidentes e traduzem-se, quer nos textos legislativos quer na maneira como os cidadãos, nos seus países, nas suas cidades, nas suas famílias, fazem a abordagem dos problemas da droga. Ninguém, como mínimo de responsabilidade, poderá mostrar-se indiferente a estes problemas e deixar de lutar contra a doença social que é a toxicomania. Na luta contra a droga, é necessário lutar, ao mesmo tempo, quer contra a oferta, isto é, contra a produção, a transformação e o tráfico, quer contra a procura através da prevenção ou do tratamento e reinserção dos drogados. Se a repressão por si só como método de luta contra a droga é discutível, a prevenção por prevenção poderá ser também contraprodutiva. Aliás, a prevenção entendida de forma diferente, quer pelos pais, quer pelos educadores, quer pelas entidades policiais quer pelos responsáveis da saúde, dadas as suas preocupações, são diferentes. No entanto, nenhuma estratégia concertada no senti

Mike

Qu

Thilly

do de fazer diminuir e eliminar os problemas da droga poderá passar sem adequadas acções preventivas tendentes, por um lado, a limitar a disponibilidade das drogas e, por outro, a reduzir a sua procura. Na realidade, existindo menos drogas disponíveis, haverá menos toxicomania mas, para que haja menos procura, e para além da educação a favor da promoção da saúde, da promoção da responsabilidade social e moral dos cidadãos, e em especial dos jovens, torna-se necessária e indispensável uma intervenção e um controle político e social nos eco-sistemas material e psico-social que influenciam nefastamente, possibilitando o uso e o abuso das drogas. É por tal motivo que, como pai, como munícipe e como elemento desta Assembleia, não posso, neste momento, e a propósito do já referido julgamento efectuado no Tribunal de Aveiro, deixar de lastimar o que se passa nesta terra e, em especial, em redor e dentro dos estabelecimentos de ensino e certos locais ditos de diversão. Não compreendo e lastimo, por exemplo, que os edifícios onde se instalam os estabelecimentos de ensino possam encontrar-se como se encontram sem qualquer controle à entrada e à permanência de pessoas que nada têm a ver com a actividade escolar que neles se desenvolve pois que, como consta e é sabido, é dentro deles que se processa grande parte do tráfego das drogas consumidas pelos estudantes toxicomanos. Não compreendo e lastimo do mesmo modo/que as entidades policiais sediadas em Aveiro se mostrem incapazes de evitar o que é voz corrente passar-se dentro e à volta de certos locais de diversão. Parece-me, sem o poder afirmar categoricamente, que, quer os conselhos directivos dos estabelecimentos de ensino, não têm feito tudo quanto lhes competia e deveriam fazer para evitar o estado em que se encontram esses estabelecimentos de ensino no que diz respeito ao consumo da droga como me parece, sem também poder afirmar categoricamente, que os comandos das delegações em Aveiro das várias instituições policiais não têm feito tudo quanto lhes competia e devia. Faço votos, no entanto, para que as entidades policiais não tenham que ser pagas como são pagas para policiar os espectáculos desportivos, no sentido de prevenir e perseguir quem faz o tráfego da droga em Aveiro".

De seguida o Vogal António Correia da Silva iniciou a sua intervenção congratulando-se pela resposta fornecida pela Direcção-Geral da Acção Regional e Local quanto à substituição dos Presidentes das Juntas de Freguesia nas reuniões da Assembleia Municipal.

Reportando-se, de imediato, à questão da construção de torres na cidade de Aveiro, entende que tal facto contribui para que se

Ante

Qu

Fully

. 7 .

adultere e até se destrua o que de histórico ainda existe nesta cidade e, para que o assunto se transforme em tema de reflexão, citou parte de um artigo escrito pelo Arquitecto Nuno Portas: " ... de facto, a prática demonstra que uma torre nunca vem sô e que, como moda, as torres já não se usam, e ainda bem; não resolvem problemas, criam-nos: às Câmaras, aos habitantes, aos visitantes e sô ganham com elas os promotores e alguns arquitectos servis. Ora bem, já há muito tempo que se sabe que a construção em altura não é nenhuma panaceia a não ser para quem ganha com o terreno e para a promoção publicitária dos andares e que, além disso, também é uma ponte de novos problemas. Com efeito, para a comunidade, a vantagem do aproveitamento do terreno é ilusória. Por um lado, o aumento da densidade, por aumento da altura, sô seria viável formando, por exemplo, todo o estacionamento subterrâneo (que é o que não se verifica em Aveiro, designadamente nas transversais da Avenida Dr. Lourenço Peixinho e as implicações que as torres que estão a ser construídas irão ter) e, por outro lado o aumento do espaço livre entre edifícios (que também não é possível, dado que se constroem edifícios extremamente altos em ruas extremamente estreitas à sua volta) a verificar-se, constitui um desproporcionado encargo para os municípios e uma reduzida utilidade para os moradores. Na generalidade destes (Aveiro, Nazaré) e de muitos mais casos, quer a Urbanização quer as Câmaras licenciaram, pelo menos, com leviandade, estas torres de mais-valias de terrenos não exigindo as contrapartidas devidas para os efeitos que acarretam e que, a serem exigidas, levariam os promotores a pensar duas vezes se valeria a pena fazê-los e, ao permitir um caso, como se podem negar os seguintes. A maioria dos edifícios altos que por aí se propõem não resultam de preocupações de economia da construção mas simplesmente da desproporção entre o que se quer e o terreno que se comprou . Noutros casos em que o terreno era amplo, pesou a moda " diz-me quantos andares tem o teu edifício e dir-te-ei quem és - aforismo que também se aplica às terras de provincia - " diz-me se tens torres e dir-te-ei que categoria e que grau de progresso tens ". citou:

Concluindo a sua análise ao tema/ " nem sempre o grande é grandioso ".

Ainda no uso da palavra, aquele Vogal teceu algumas considerações à temática do trânsito que se processa na zona da Beira-Mar, e à falta de sinalização adequada, recomendando ao executivo que fossem tomadas medidas tendentes a proporcionar melhores condições de segurança. Ainda no âmbito do trânsito e concretamente no que se refere aos acessos da passagem desnivelada da Forca, fez votos para que os semáforos que vão ser colo

Mike

Qu

July

cados junto da Ponte de Pau venham a ter um melhor funcionamento do que o que se verifica nos existentes na variante.

Entretanto, deram entrada na sala os Vogais Manuel Gaspar Fernandes e António Henriques Sancho.

Também no uso da palavra, o Vogal Lúcio de Jesus Lemos iniciou a sua intervenção formulando o seguinte voto de louvor: " Aos Jornais " Comércio do Porto " e Correio do Vouga " pelo equilíbrio e bom senso com que condenaram o " acto selvagem " de ter sido riscado o nome da minha terra natal das placas sinalizadoras existentes nesta encantadora cidade de Aveiro, cidade que deverá ser sempre exemplar no seu comportamento e um modelo de democracia e respeito pelas outras terras e outras gentes do nosso País ".

Ainda no uso da palavra, formulou, de seguida, outro voto de louvor e que é do seguinte teor: " À Assembleia de Freguesia da Glória, pelo lançamento do primeiro número do " Boletim Informativo " da referida Assembleia. Este voto é extensivo à Comissão de Boletim, constituída por um elemento de cada partido ou coligação ".

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Vogal Fernando Almeida e Silva para referir que, ao iniciar a sua actividade na Assembleia Municipal, no ano corrente, desejaria poder fazer um balanço da actividade da Câmara e sua em relação à Câmara e à Assembleia, mas como não tem possibilidades de fazer uma comparação entre o plano de actividades de 1983 e a conta de gerência do mesmo ano, não o poderá fazer. No entanto, formulou um voto de louvor ao Senhor Presidente da mesa da Assembleia pela forma extraordinária como dirigiu os trabalhos da mesma, dado que é uma tarefa difícil de desempenhar. Contudo, entende que, no que se refere às convocatórias das reuniões desta Assembleia, muitas delas primaram por serem más, para além de não ter sido cumprida a promessa de convocar uma reunião sobre o processo de distribuição de casas, tanto mais que foram discutidos assuntos nesta Assembleia que não eram tão prementes.

Ainda no uso da palavra, perguntou se, na realidade, foram afectadas algumas casas da Câmara à Universidade e à GNR.

Abordando a temática dos semáforos, perguntou se os Serviços da Câmara estão preparados para dar cobertura técnica, diariamente, às constantes avarias, perguntando ainda, qual é a sequência, em termos de acessos, prevista para a passagem desnivelada da Forca e para quando se prevê a sua conclusão.

Ambr

Qu

Flury

Concluindo a sua intervenção, aquele Vogal fez um pouco de história em torno do problema havido entre a Câmara e os proprietários de um dos edifícios da Quinta do Canha, nomeadamente no que se refere ao aproveitamento da cave do citado edifício.

Porque os proprietários pretendiam adquirir a referida área para garagens; porque a Câmara teria destinado as mesmas para instalações sociais; porque, entretanto, foi vendida uma parcela para instalação de um "Snack-Bar", os referidos proprietários moveram um processo judicial à Câmara.

Em face do exposto, solicitou que fossem esclarecidas as suas dúvidas e quais as razões que levaram os proprietários a moverem um processo judicial contra a Câmara.

Seguidamente, tomou a palavra o Vogal Silvério Conde Teixeira que iniciou a sua intervenção fazendo algumas recomendações alusivas a questões de trânsito nomeadamente no que se refere à colocação de sinalização adequada e atempada na futura Avenida Central, tanto mais que a existente já está desajustada em alguns pontos críticos, designadamente junto do Hospital e na Praça do Milenário. Embora se congratule pelo facto de se ter posto a funcionar intermítentemente o semáforo colocado no entroncamento das Ruas de St^a. Joana Princesa e Eça de Queirós, entende que os situados no entroncamento das Ruas Miguel Bombarda e Eça de Queirós não estão devidamente sincronizados, já que é demasiadamente curto o espaço de tempo de passagem para os automobilistas que circulam na Rua Miguel Bombarda no sentido oeste-leste, sugerindo, assim, que fosse devidamente estudada aquela situação.

Ainda no âmbito das questões ligadas ao trânsito, perguntou se existe algum plano de regularização para o que se processa na caótica Avenida Dr. Lourenço Peixinho, já que o que ali se verifica é um verdadeiro pandemônio, e para quando se prevê a ligação entre a Rua da Gulbenkian à E.N. 109/7.

Ainda no uso da palavra, aquele Vogal perguntou quando se prevê que acabe a lixeira na baixa de St^o. António, pois que é vergonhosa a imagem que ali se colhe e, bem assim, quando se inicia o processo de recolha de cães vadios.

Concluindo a sua intervenção, fez a seguinte declaração de crítica geral: "Achamos tremendamente ridículo para a nossa pessoa, frustrante para o membro desta Assembleia que somos de que, tanto da nossa par-

Chute

Qu

Thury

te como da maioria dos membros desta e da outra Assembleia, andemos aqui quasi há dois anos " QUASI " sempre a bater as mesmas teclas e vejamos sempre ou protelados ou inacabados. (não obstante as promessas fagueiras do executivo) embora não nos custe a admitir que 2 anos no contexto universal do tempo não seja de facto significativo. Porém, seria suficiente, em nosso humilde entender, para tapar buracos, prender cães, fazer pequenas obras, etc, tudo contribuindo para o bem estar do cidadão, porque este não vive só de obras monumentais ".

Imediatamente a seguir, usou da palavra o Vogal Helder Filipe para perguntar, face à intervenção do Senhor Presidente da Câmara em anterior reunião desta Assembleia acerca do plano de regionalização dos Serviços de Saúde que classificaria o Hospital de Aveiro em sub-Regional e porque se trata de mais uma marginalização e mesmo uma dependência em relação a Coimbra, se algo foi feito no sentido de evitar a concretização de semelhante objectivo.

Abordando, de seguida, questões inerentes à conservação das ruas da cidade, que não é, de modo algum, condizente com a imponência, pelo menos em altura, de alguns edifícios em fase de construção, salienta que bom seria que a Câmara se viesse a debruçar sobre tal assunto e desse o provimento com a urgência que o caso requer.

Entretanto, deu entrada na sala o Vogal Eugénio Martins das Neves.

De imediato, o Vogal Cabral Monteiro, no uso da palavra, chamou a atenção do executivo para a necessidade de sinalizar devidamente o trânsito que circula na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, designadamente no entroncamento com a Rua Luis Gomes de Carvalho, pois que, dada a insuficiente sinalização, ocorrem, frequentemente, graves acidentes no referido entroncamento.

Também no uso da palavra, o Vogal António Ferreira da Silva começou por se reportar à insuficiente informação e divulgação dos novos horários das carreiras dos autocarros dos Serviços Municipalizados e sugerir que fossem tomadas as devidas providências no sentido de serem supridas aquelas insuficiências. Manifestou, ainda, o seu lamento pelo facto de toda a zona de Vilar, Patela, Presae Areias de Vilar continuarem sem serem servidas por autocarros, alertando também para o facto de não haver carreiras que sirvam os alunos do 12º. ano, cujas aulas terminam cerca das 21.00 horas, e as próximas carreiras só circulam cerca das 22.00 horas.

Chute

Deu

Thiny

Ainda no uso da palavra, aquele Vogal alertou o executivo para a necessidade de se proceder à devida regularização de trânsito junto do Café Convívio, dado ser aquele sector um polo terrivelmente conflituoso.

Mais referiu aquele Vogal que os Serviços de Fiscalização actuassem, com todo o rigor, no sentido de impedir que, pelo menos em construções novas, sejam ligados os esgotos à valeta, pelos inconvenientes que tais situações acarretam para salubridade pública.

Seguidamente, o Vogal António Rocha Andrade, no uso da palavra, formulou, em seu nome pessoal e no da sua bancada, votos para que a Assembleia tenha durante o novo ano civil um trabalho profícuo e que a Câmara possa desenvolver um trabalho profícuo e cumprir o Plano de Actividades dentro, naturalmente, das possibilidades que tem e, saudando as demais bancadas, desejou que todos os seus deputados continuem a lutar pelo engrandecimento do município aveirense e, naturalmente em termos reflexos, pelo país.

Ainda no uso da palavra, aquele Vogal reportou-se à recente passagem do 80º aniversário do Clube dos Galitos, colectividade altamente prestigiada na cidade de Aveiro e até no país, que atravessa, presentemente, momentos de crise, porque não está dotada de todas as infraestruturas que lhe permitam desenvolver um trabalho ao nível das suas tradições.

Assim, e porque não poderia deixar passar aquele aniversário sem o registo que lhe é devido, apresentou a seguinte moção: " A Assembleia Municipal de Aveiro reunida em sessão ordinária de 10 de Fevereiro de 1984 exprime o seu voto de congratulação pela passagem recente - em 25 de Janeiro, último - do 80º Aniversário do Clube dos Galitos, colectividade que ao longo de toda a sua existência tem prestigiado, altamente, a cidade, o município e até o país, nos campos cultural e desportivo ".

Concluindo a sua intervenção e numa perspectiva de índole geral, começou por referir que o país está apoiado em dois sistemas de poder; o central e o autárquico, não estando ainda implantado o poder regional e esvaziado de conteúdo o poder distrital, não obstante a actividade desenvolvida pelos Governadores Civis.

Concretamente no que se refere ao distrito de Aveiro, entende que precisa, em muitos casos, de ser dotado de conteúdo, e não poderá ser só a Assembleia Distrital e muito menos o Governador Civil a dotarem-no de conteúdo, porque, muitas vezes, terão que ser as Câmaras das regiões a tentarem incrementar o poder regional.

Chaves

Que

12

Assim, e como exemplo, entende que a Câmara de Aveiro, deve liderar um movimento juntamente com as outras Câmaras do Distrito no sentido de que as estradas integradas na área de jurisdição da Direcção de Estradas do Distrito de Aveiro venham a ser de tal modo beneficiadas que se possam comparar com as de outras regiões.

No âmbito da fiscalização de obras, salienta que deveria ser exprimido um voto nesta Assembleia de que a Câmara viesse a ser dotada de um serviço de fiscalização de obras, atuante e competente dotado de técnicos que tivessem tempo disponível para o efeito, de tal modo que as obras e a sua fiscalização fosse concreta, definida, determinada e rigorosa.

Imediatamente a seguir, o Vogal Manuel Alte da Veiga, no uso da palavra, fez a seguinte declaração: " Nota-se uma grande interrogação, entre os aveienses, sobre a realidade da via rápida Vilar Formoso-Aveiro. Para além das diligências políticas, talvez seja conveniente relançar a discussão pública, com debates sobre a importância, vantagens e desvantagens de tal empreendimento. Talvez se tenha minimizado a crescente preocupação pela preservação e construção dum ambiente, natural ou arquitectónico, à medida das necessidades estéticas, de relacionamento humano, de contacto com uma natureza não poluída, etc. Certas associações meritórias como a ADERAV, e outras associações de ecologia, engenharia e psicologia do ambiente, poderiam contribuir para um estudo válido da necessidade da via rápida, Porto de Aveiro e seus acessos, e dos aspectos pluridisciplinares que lhes são relativos. Já numa reunião anterior (29 de Julho de 83) me referi largamente ao problema de Trânsito, Transportes e à necessidade duma estreita cooperação entre o governo municipal e as forças da ordem geograficamente municipais, no intuito de melhorar a imagem pública destas últimas, e torná-las uma ajuda eficaz para a defesa do que os municípes desejam, racionalmente, valer a pena ser defendido como bem comum. Parece haver dificuldades de ordem institucional. Até que ponto se pode considerar a viabilidade duma " polícia municipal "? Seria a segurança e a defesa dos valores democraticamente aceites, e gozaria duma imagem não repressiva mas antes garantia do que nós entendemos ser o bem comum. Descendo a alguns aspectos muito simples: é lamentável o estrago nos parques infantis, sinais luminosos, o despejo de desperdícios na via pública, etc. Tudo isto, e muito mais poderia ser objecto de multa, a reverter para o município. Aliás a regulamentação sobre o mercado abastecedor de frutas prevê a punição do lançamento de lixo na via pública - e uma via pública de grande importância turística é a própria Ria. Quanto a Transportes: Não parece haver uma política de

Conte

Ora *Julij* . 13 .

incentivar a utilização dos transportes públicos. Quer por uma publicidade adequada, quer, sobretudo, tornando os autocarros facilmente utilizáveis. Para isto, requerem-se horários, quanto possível, complementares, sobretudo ao longo dos trajectos propriamente citadinos: isto é: que se possa ir ao centro da cidade sem ter períodos de espera excessivamente longos. O que não é só função dos horários, mas das paragens, que estão exageradamente dispersas, impedindo o recurso a carreiras supletivas. As paragens poderiam estar mais juntas se, como se disse, os horários não permitissem grande concentração de autocarros - para o que bastaria, por exemplo, um desfazamento de 5 minutos a partir da estação: por exemplo, 3 carreiras a sair às 18h30 e outras 3 às 18h35 (a influência nos hábitos dos passageiros de fora da cidade seria quase nula). Em conclusão: não se explora a utilização dos transportes urbanos pelos residentes na zona citadina. Também se poderia pensar em passes de longa duração (1 ano, que seriam múltiplos do passe mensal, mas gozando da facilidade de obtenção, resistência à inflação, tornando-se assim convidativa. Só queria referir brevemente um assunto, que creio merecer futura atenção: o desenvolvimento dum centro citadino, atractivo, em conjugação, talvez, com o projecto do Rossio, e que permitisse maior desenvolvimento e rentabilidade das actividades culturais e outras. De novo quero referir a necessidade, para tanto, de consultar peritos em engenharia e psicologia do ambiente ".

Também no uso da palavra, o Vogal Jaime Machado, a propósito da comunicação feita pelo Vereador Eng^o. Sequeira Pereira, na última reunião desta Assembleia, relativamente ao alargamento da Av^a. Artur Ravara na zona compreendida entre o Hospital e o edifício da Brigada Agrícola, salienta que, por informação prestada pela Câmara Municipal em 1980, constante de uma certidão emitida por aquele Órgão a pedido da referida Brigada Agrícola, o alargamento daquela artéria processar-se-ia através de um corte no Parque Municipal.

Ora, como o Vereador Eng^o. Sequeira Pereira informou que o referido alargamento viria a ser efectuado pela outra margem da referida artéria, solicitou que o Senhor Presidente da Câmara informasse acerca das dúvidas suscitadas.

Ainda no uso da palavra, aquele Vogal alertou o executivo para a necessidade de se proceder à regularização do trânsito que se processa junto do café Convívio; alerta que já havia sido feito, tanto por si como por outros Vogais desta Assembleia.

Ante

Deu

Filipe . 14 .

Seguidamente, tomou a palavra o Vogal António Coelho e Silva para sugerir que a Câmara diligencie junto das entidades competentes no sentido do policiamento da cidade passar a ser exercido segundo formas de actuação mais positivas e proveitosas para todos os cidadãos. Apesar de reconhecer que o assunto não é da inteira competência da Câmara, é notória a falta de policiamento na cidade, em quase todas as áreas da sua actuação normal, e, porque o número de agentes efectivos é insuficiente, as forças policiais vêem-se na necessidade de estabelecer prioridades quanto à sua actuação.

Ainda no uso da palavra, aquele Vogal corroborou as palavras proferidas pelo Vogal Helder Filipe no que se refere ao mau estado dos pavimentos no concelho de Aveiro.

Encerrado o período de antes da ordem do dia, o Presidente agradeceu, em seu nome pessoal e no dos Secretários da mesa, os votos proferidos pelos Vogais Fernando Almeida e Silva e António Rocha Andrade, e referiu que a mesa continuará a desempenhar a sua missão o melhor que sabe e pode.

Relativamente à questão colocada sobre o Hospital Regional de Aveiro, informou que o Senhor Governador Civil assumiu a liderança do processo, e promoveu algumas reuniões com as autarquias do distrito, das quais resultaram posições bem firmes e que, paralelamente, o Conselho do Hospital também se manifestou contra o projecto de alteração do nome e competência do Hospital Regional, pois que, pelo referido projecto o Hospital passará a ser Sub-Regional e terá menor capacidade de resposta, embora se espere que, tendo sido já aberta uma excepção, o Hospital de Aveiro continue a ser de âmbito regional, consequência das posições assumidas pelas Câmaras e pelo conselho do Hospital.

De seguida, submeteu à votação a moção apresentada pelo Vogal António Rocha Andrade, atrás transcrita, a qual mereceu aprovação por unanimidade.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Presidente da Câmara que começou por saudar todos os membros da Assembleia e formulou votos para que a Assembleia tenha um trabalho profícuo, sereno, de crítica construtiva ao executivo Municipal, reafirmando, em nome da Câmara, a intenção numa colaboração franca com os representantes dos municípios.

Iniciou, de seguida, a análise de algumas questões fundamentais, começando por abordar a temática da estrada Aveiro-Vilar Formoso,

mlk

Deu Almeida. 15.

e o compromisso assumido pelo Governo, na pessoa do Senhor Primeiro Ministro, de lançar aquela estrada, no troço compreendido entre Albergaria e Viseu, até ao mês de Março.

Dado que nada foi feito, considera que a situação é preocupante, tanto mais que é do conhecimento público que as Câmaras da região de Coimbra estão a movimentar-se no sentido de que seja construída uma estrada que ligue Viseu-Coimbra-Figueira da Foz, concluindo ter chegado a altura de se duvidar da promessa feita quanto à ligação Aveiro-Vilar Formoso, bem como chegou a altura do poder local também revelar a verdade dos factos, apoiado pelos Governadores Cívicos e pelas Assembleias Municipais.

Relativamente à abordagem feita pelo Vogal António Correia da Silva ao problema da existência de torres em zonas inadequadas à quele tipo de edificação, informou que tal existência se deve à necessidade de criar um certo equilíbrio com a construção da torre no Cojo, embora se possa vir a criar um certo desequilíbrio se não se concretizar a construção do Edifício-Rumo, no Cojo. Como a intervenção do Vogal António Correia da Silva se fundamentou num artigo feito pelo Arquitecto Nuno Portas, considera que o mesmo fez uma evolução, porque todo o projecto inicial para Santiago foi elaborado por si e era composto por torres de doze andares e agora manifesta-se contra aquele tipo de edificação.

No que se refere à problemática da distribuição de habitação social pela Câmara, informou que a mesma se processa através de legislação própria, embora a Assembleia Municipal possa exercer a sua actividade fiscalizadora solicitando elementos ao executivo.

Num breve pedido de esclarecimentos, o Vogal Fernando Almeida e Silva refere que tinha sido prometido pelo Presidente da Assembleia convocar uma reunião para apreciação expressa daquela problemática e que tal não foi cumprido, tendo sido contestado pelo Presidente, porquanto, perante uma situação de dúvida suscitada pelo Vogal António Ferreirada Silva, esteve presente a Assistente Social dos Serviços Municipais de Habitação da Câmara para prestar esclarecimentos sobre quaisquer questões que fossem colocadas.

De novo no uso da palavra, o Presidente da Câmara informou que não foram afectadas quaisquer habitação à GNR mas sim à Universidade; através da faculdade que a lei atribui às Câmaras de reservar habitações para situações de emergência, casas de função e reserva para efeitos de realojamento, numa percentagem de 20 a 30% em cada concurso levado a efei

mate

Qu

Falicy

to pela Câmara.

Abordando, de seguida, a problemática do trânsito, explicou, em traços genéricos, a solução para a continuação da passagem inferior da Forca e para o trânsito que se processa junto do café Convívio, que pensa venham a ser minoradas as dificuldades do mesmo logo que entre em carga o Nó Sul e a Avenida Artur Ravara, bem como fez a explanação prevista para a ligação daquela Avenida à E.N. 109/7.

Relativamente às questões postas no âmbito da habitação social, informou que os processos judiciais instaurados à Câmara Municipal pelos condóminos de dois dos edifícios da Quinta do Canha, quanto à finalidade da área extra - habitação, o primeiro encontra-se no supremo Tribunal e o segundo foi submetido à Relação sob recurso dos condóminos.

Mais informou que, no que se refere às anomalias existentes no Edifício - Torre da Quinta do Canha, a sua divulgação está eivada de má fé, e que após a conclusão das devidas peritagens efectuadas pelos Técnicos, a Câmara procederá à recepção definitiva da obra, tecendo, ainda, algumas considerações de teor genérico quanto à problemática da distribuição de habitação social.

Mais informou que, após a aprovação do plano para a baixa de Stº. António pela Câmara e a competente apreciação do mesmo pela Assembleia Municipal, proceder-se-á à limpeza da citada zona.

Ainda no uso da palavra, o Presidente da Câmara refere que, apesar de se reconhecer a necessidade de repôr, definitivamente, os pavimentos degradados, tal tarefa não poderá ser levada a cabo sem que, previamente, sejam substituídas as condutas de água e saneamento. No sector do saneamento, e no que se refere às ligações pirata à berma da estrada de S. Bernardo, entende que a tarefa de fiscalizar não compete só à Câmara, já que as Juntas de Freguesia devem fiscalizar e aconselhar em situações semelhantes e comunicar até aos Serviços de Fiscalização da Câmara.

Reportando-se de imediato, ao Clube dos Galitos, manifestou o desejo da Câmara em se associar aos seus oitenta anos, declarando que apoiará aquele Clube, dentro das suas possibilidades, para o que se prevê que a localização do terreno destinado à construção do pavilhão venha a ser em Santiago, porque aquela zona deixou de ser um "plano integrado" passando a ser promoção indirecta, da Câmara, pelo que revertem para a Câmara as parcelas de terrenos sobranes dos "planos integrados".

Concluindo a sua intervenção, manifestou a sua intenção

Cute

Qu

Julius

17

de abordar na reunião de Câmara a temática da protecção e segurança dos edifícios em construção, por considerar que a Câmara tem que tomar uma posição muito rígida, definindo, nomeadamente, um regulamento para o efeito. Mais referiu que, dadas as limitações da PSP, dada a necessidade de intervenção^{em} situações que põem a nu as deficiências de policiamento, dada a sua existência em todos os países da Europa, também deveria ser instituída em Portugal a Polícia Municipal.

De seguida tomou a palavra o Vereador Eng.º Vitor Silva para prestar os esclarecimentos solicitados relativamente ao sector do trânsito, começando por informar que as avarias que se registam nos sinais semafóricos se devem às constantes variações de tensão de energia eléctrica, pelo que já se contactou a EDP no sentido de que seja reparada aquela situação, informando, ainda, que existe um electricista que diariamente faz a cobertura técnica dos semáforos.

Relativamente ao trânsito que se processa na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, informou que, de acordo com o previsto no Plano de Actividades para o ano em curso, será estudado e reconvertido o sistema de trânsito da cidade, nomeadamente aquele que se processa naquela artéria, junto do café Convivio bem como em toda a zona da Beira-Mar.

De imediato, tomou a palavra o Vereador Eng.º Sequeira Pereira para tecer algumas considerações inerentes aos sectores do saneamento e dos transportes colectivos, começando por salientar que, relativamente aos aspectos focados no âmbito do saneamento, estão implementadas normas que obrigam à execução de fossas em cada nova habitação e que, concretamente ao saneamento implantado na estrada de S. Bernardo, os ramais domiciliários serão ligados à rede geral logo que se conclua as obras de ligação à central do Euçalipto.

No que se refere às questões sobre as alterações de horários e carreiras dos transportes colectivos, informou que foram tomadas as necessárias providências no sentido de que a sua divulgação fosse feita com a intensidade que o caso requer.

Mais informou que, dadas as dificuldades resultantes das reduzidas dimensões das ruas de Vilar, não é possível criar carreiras que sirvam aquele lugar directamente, tendo o Vogal António Ferreira da Silva salientado que a sua observação não se reportava propriamente à falta de transportes no lugar de Vilar mas sim em toda a zona compreendida entre a estrada de S. Bernardo e a estrada da Presa, designadamente a Patela e Areias de Vilar.

2

Dado o adiantado da hora, o Presidente declarou suspensa a presente reunião.

Eram 24.00 horas.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta de tudo quanto se passou e que, no que for omissã, melhor poderã ser confrontada pela gravação que foi elaborada, e que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretãrios, depois de subscrita por mim,  Chefe da Secretaria da Cãmara Municipal de Aveiro.

Mania Helena Dias Camelo



